

Temas Contemporâneos em Avaliação de Políticas Públicas: reflexões gestadas em uma disciplina acadêmica ganham densidade em número da NAU SOCIAL

Breyner Ricardo de Oliveira¹

Alcides Gussi²

Apresentamos, nesta edição da NAU Social, um número especial que versa sobre a Avaliação de Políticas e Programas Públicos e temáticas conexas. O primeiro bloco de artigos advém de aulas ministradas na disciplina Temas Contemporâneos em Avaliação de Políticas Públicas. Contextualmente, em plena pandemia de covid-19, e por isso mesmo como decorrência dessa, organizamos formalmente essa disciplina com encontros virtuais, entre junho e setembro de 2021, ofertada com ineditismo no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas – PPGAPP – da Universidade Federal do Ceará – UFC em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP.

A disciplina foi pensada e desenhada a partir da nossa trajetória no campo da avaliação, tanto no Brasil quanto na América Latina. Como colegas e membros da Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, da Red de Seguimiento Monitoreo y Evaluación de América Latina y el Caribe e coordenadores de Sessões Temáticas e Grupos de Trabalho em eventos acadêmicos nacionais e internacionais sobre a temática, temos atuado nessa direção: problematizar e tensionar o campo da avaliação e aprofundar uma discussão sobre o campo da avaliação a partir de uma visão crítica ou, como temos muitas vezes dito em determinados espaços, contra hegemônica. Essa foi a tônica da disciplina.

Interessa-nos também destacar que este presente número da NAU Social deriva de um conhecimento sobre avaliação de políticas públicas que se constrói ao longo do tempo a partir de uma rede de pesquisadores (as) e instituições³ que vem debatendo ideias, conceitos, novas temáticas, outras perspectivas políticas, epistemologias e metodologias que se contrapõem a um campo hegemônico da avaliação, circunscrito a agendas liberais, predominantes nesse campo⁴.

Desde a palestra de encerramento, proferida por Alcides Gussi, no VI Seminário da RBMA – Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, em novembro de

¹ Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mariana – MG – Brasil. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Educação e Economia Aplicada. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0956-4753>. E-mail: breyner@ufop.edu.br

² Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza – CE – Brasil. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas (Acadêmico e Profissional) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação/UFC. E-mail: agussi@uol.com.br

³ Referimo-nos à redes acadêmicas e de profissionais no campo da avaliação de políticas públicas, como a Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação - RBMA e a Red de Seguimiento, Evaluación y Sistematización de América Latina y el Caribe – ReLAC, além de em Grupos de Pesquisa em Avaliação de diversas universidades no país (UFC, UFOP, UFRN, UNESP, UFBA, UFRJ, UNB, UNIFESP) e no exterior (Universidad de Lanús, na Argentina; Universidad Santiago de Cali, Colômbia; Universidade Complutense de Madrid - UCM; GIGAPP – Grupo de Investigación en Gestión, Administración y Políticas Públicas, Espanha).

⁴ Ver, especialmente, a aula aberta “O campo da avaliação entre hegemonias e contra hegemonias”, ministrada por Alcides Gussi (https://www.youtube.com/watch?v=Lb_g_x33wU&t=243s)

2015, vimos mostrando que há um tensionamento no campo da avaliação em que emergem perspectivas contra hegemônicas, sobre as quais temos liderado e compartilhado uma agenda coletiva, consubstanciada em publicações e na organização de Grupos de Trabalhos em eventos nacionais e internacionais. A disciplina *Temas Contemporâneos em Avaliação* é parte constitutiva dessa agenda.

No seu escopo, a disciplina propôs discutir perspectivas e experiências em avaliação de políticas públicas visando problematizar o campo da avaliação em suas dimensões políticas, epistemológicas, analíticas e metodológicas. Tratou-se, por meio de um conjunto de aulas, de sustentar a pertinência de epistemologias inovadoras de avaliação nos e a partir dos territórios geopolíticos do Sul, buscando indagar como as avaliações estão enfrentando os desafios contemporâneos quanto à afirmação de valores democráticos, aos direitos humanos, à vida digna (bem viver), à participação, à interseccionalidade (raça, etnia, classe, gênero, geração, orientação sexual) e à perspectiva decolonial.

É nesse percurso – nessa trajetória – que essa disciplina se inscreve. Nossa intenção, portanto, foi abrir canais de comunicação e organizar um espaço de conexão de ideias, pessoas, concepções e trajetórias no campo da avaliação. Sabemos que há um intenso intercâmbio de perspectivas teóricas e metodológicas multi e interdisciplinares. Convidamos, então, colegas, professores e professoras que atuam nesse campo no Brasil e na América Latina para apresentar e debater os diversos sentidos que envolvem a construção desse campo, além de arejar as ideias e provocar novas reflexões. Com esse movimento, esperávamos também fortalecer o jogo democrático, bastante fragilizado e constantemente colocado em xeque pelo governo que foi derrotado nas urnas ao final de 2022.

Por meio de sessões temáticas, por nós coordenadas e também ministradas como aulas abertas por especialistas convidado(as), a disciplina estimulou reflexões e debates a partir de perspectivas que afirmam e buscam interfaces entre a avaliação e a gestão pública e a sociedade nos contextos brasileiro e latino-americano contemporâneos.

Oito temas foram aprofundados por esse grupo de professores(as): (1) O campo da avaliação: entre hegemonias e contra Hegemonias; (2) Avaliação, democracia e direitos humanos na América Latina; (3) Decolonialidade: o pensamento latino-americano no campo da avaliação; (4) Participação social na avaliação; (5) Interseccionalidade e avaliação de políticas públicas; (6) Avaliação e gestão social; (7) Implementação e avaliação de políticas públicas; (8) Avaliação de políticas públicas sobre a perspectiva da gestão progressista⁵.

Conformamos o número especial que o(a) leitor(a) ora tem em mãos com três artigos que foram escritos a partir do que seus autores e autoras apresentaram na referida disciplina: (1) o texto escrito por Regina Laisner; (2) o artigo escrito por Wagner Yoshizaki Oda e Juarez Furtado e (3) o artigo escrito por Breyner Ricardo de Oliveira. Somados a esses, sempre na perspectiva de alargarmos nossa rede compartilhada de conhecimentos, convidamos as professoras Fernanda Natascha, Doriana Daroit e Maria Aparecida Abreu para escreverem, respectivamente, dois artigos cujas temáticas se articulam com as discussões mobilizadas pela disciplina: (1) interfaces socioestatais e transversalidade e (2) cotidiano(s) e suas conexões com a avaliação de políticas públicas.

⁵ Especificamente, convidamos os/as leitores/as à leitura de artigos a AVAL – Revista Avaliação de Políticas Públicas, notadamente o volume 1, número 15, janeiro/junho, 2019 (<http://periodicos.ufc.br/aval/issue/view/v1n152019/v1n152019c>) e volume v. 2 n. 16 (2019): julho/dezembro, 2019 (<http://periodicos.ufc.br/aval/issue/view/840>).

⁶ As aulas abertas foram gravadas e podem ser acessadas pelo canal MAPP/NUMAPP – Núcleo Multidisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas/UFC, no Youtube.

Abrindo este número, na sequência dos três artigos derivados da disciplina ofertada pela UFC e pela UFOP, no artigo A Economia Política da Avaliação: miradas críticas sobre o campo e suas conexões com o fazer avaliativo na América Latina e no Brasil, Breyner Ricardo Oliveira, professor da Universidade Federal de Ouro Preto (MG), problematiza o campo da avaliação e aprofunda uma discussão sobre a economia política da avaliação. Refutando uma visão estadocêntrica, o autor afirma que avaliar é um ato vinculado ao conjunto de ações que dão sentido ao Estado e à arena pública, permeada por distintos atores e agendas. Ao compreender a avaliação como um campo difuso onde distintos atores institucionais e sujeitos atuam, interagem e fazem escolhas, Oliveira afirma que o fazer avaliativo é um processo que evidencia distintas visões, agendas, interesses e percepções. Assim, a avaliação é um processo que articula esse conjunto de elementos onde a técnica ou o método são apenas uma das dimensões e reflete concepções que podem ser mais ou menos hegemônicas. Ao dialogar com referências que dão centralidade às desigualdades, diversidades, contextos e a sabedoria local das pessoas, nos territórios – o alvo das políticas, cidadãos e cidadãos – o artigo de Oliveira tensiona o complexo campo da avaliação na América Latina e no Brasil.

Wagner Yoshizaki Oda e Juarez Furtado, da Universidade Federal de São Paulo (SP), no artigo Participação e avaliação participativa: um caminho instituinte na avaliação, partem do argumento que a crescente utilização de estratégias participativas em avaliação não tem refletido em maior clareza e consolidação dos conceitos e referenciais que subjazem a uma e a outra. Por isso, para os autores, o estabelecimento de ligações entre avaliação participativa e as noções de participação nos planos teórico e prático pode fornecer elementos para a qualificação das relações entre ambas. Diante do crescente desafio imposto pelas contradições sociais no Brasil e em outros países da América Latina, o artigo sustenta a tese da adoção do sentido ético, político e epistêmico em uma tomada de posição instituinte no interior da avaliação participativa na direção de referenciais comprometidos com a efetiva transformação social.

Regina Claudia Laisner, Professora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (SP), trata da Avaliação de políticas públicas na perspectiva da interseccionalidade. No artigo, a autora parte da premissa que avaliar políticas públicas de modo a considerar os múltiplos aspectos da cidadania é um grande desafio e a lógica da diferença oferece uma chave importante para estabelecer um ponto de partida para este tipo de análise. Segundo Regina, o reconhecimento da distinção das diferenças, como parte da construção da identidade, possibilita a percepção profunda da realidade dos cidadãos, assim como torna possível compreender como esta distinção transforma-se em marcadores sociais que determinam a desigualdade. Ainda, ocorre que estes marcadores são vários e sobrepostos, o que torna fundamental a interseccionalidade para uma discussão mais refinada acerca dos vários formatos de injustiças que perfazem a desigualdade e suas interconexões. No artigo, a autora, apoiando-se nas reflexões das principais teóricas do tema da interseccionalidade, estrangeiras e brasileiras, aborda sistematicamente esta perspectiva que permite articular as dimensões das diferenças, tornadas desigualdades, para o estudo mais amplo e profundo dos contextos avaliativos. Seu principal propósito é contribuir para o avanço da sistematização da perspectiva interseccional como um potente instrumento de análise, dentro do campo de políticas públicas, com particular ênfase na dimensão das avaliações, além de um instrumento de luta política.

Na esteira, os dois capítulos que se juntam ao bloco nascem de convites feitos à colegas que, ainda que não pesquisem diretamente no campo da avaliação, têm se dedicado a temáticas conexas bastante relevantes para as discussões empreendidas na disciplina. Fernanda Natasha Bravo Cruz e Doriana Daroit, professoras da Universidade de Brasília, tratam das dinâmicas transversais às múltiplas efetividades das interfaces socioestatais. Segundo as autoras, as interfaces socioestatais são comumente compreendidas como plataformas de realização e aperfeiçoamento democrático. Para elas, dada a multidimensionalidade dos problemas públicos tomados em conta em processos participativos, dinâmicas transversais de ação pública exigem abordagem interdisciplinar para a avaliação das múltiplas efetividades das interfaces

socioestatais. A partir de inspirações da sociologia da ciência, da sociologia política da ação pública e da ciência da administração, Cruz e Daroit apresentam um marco que vincula quatro eixos (prática, instrumento, significado e contexto) a quatro dimensões (experiential, normativa, operativa e de poder), indicando vetores em interação para a constituição de resultados que extrapolam o olhar fragmentado para a administração pública e a participação política institucional. O artigo estimula pesquisadores a investigarem além dos escopos convencionais da avaliação de impacto de políticas públicas ou de efeitos de instituições participativas, para compreenderem as dinâmicas e os alcances de processos interacionais socioestatais voltados a pautas complexas.

Finalmente, Maria Aparecida Abreu, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ), no ensaio Cotidiano, bem-viver e avaliação das políticas públicas, discute teoricamente se o cotidiano seria uma categoria abrangente e operacional para a avaliação das políticas públicas. Partindo das discussões contemporâneas sobre as demandas do bem-viver e do bem-estar como objetivos da ação estatal, a autora parte das elaborações sobre o cotidiano apresentadas por Agnes Heller e Henri Lefebvre, incrementando-as com demandas do campo de estudo de gênero a partir da medição do tempo com o cuidado. A partir da conceituação de cotidiano no contexto de políticas públicas voltadas para o bem-viver, a autora verifica como a categoria se insere no fluxo das políticas públicas, compreendendo a formulação, implementação e avaliação dessas políticas.

Com esses artigos, esperamos avançar na discussão sobre o campo, além de arejar e alargar os sentidos, os saberes e as visões que permeiam a Avaliação de Políticas e Programas Públicos, tão fragilizados nos últimos anos em função de uma agenda conservadora, anti-cidadã e anti-ciência. Remontar o Estado, reconfigurar e robustecer as políticas e retomar a pauta democrática comprometida com a vida, com os valores republicanos e com os direitos é urgente. Estamos todos e todas convocados e convocadas.

Por fim, externando nossos agradecimentos ao Editores da NAU Social pela oportunidade de lançarmos essa edição – esperando apontar para caminhos contra hegemônicos que tanto prezam – desejamos uma excelente leitura!

Excelente Leitura!